A construção da "maternidade científica" no Brasil republicano

Mulheres, mães e médicos: discurso maternalista no Brasil.

FREIRE, Maria Martha de Luna.

Rio de Janeiro: FGV, 2009. 264 p.

O livro de Maria Martha de Luna Freire enfoca a construção da maternidade científica levada a cabo no Brasil por reformadores sociais nas primeiras décadas do século XX. Com esse texto, Luna Freire recebeu o prêmio de melhor Tese de Doutorado da ANPUH/Rio de História em 2008. Médica desde 1977, a autora é professora e segue a linha de pesquisa "Planejamento, Educação e Avaliação em Saúde" do Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva na UFF.

Tendo como principais fontes de pesquisa as revistas *Vida Doméstica* (1920-1936) e *Revista Feminina* (1914-1936) que circularam nos centros urbanos do Rio de Janeiro e de São Paulo, o recorte temporal contempla as edições da década de 1920. Nesse momento se descortinava no Brasil uma série de discursos que tornavam politizada a função da maternidade e complexificavam sua prática, alicerçando-a no saber racional da medicina higiênica. Tomando a revista, mas em busca de sua temática específica, o olhar atento da autora analisa desde a progressiva profissionalização da publicidade no Brasil nesse período – demonstrada pelas inovações técnicas da utilização das cores e do uso de ilustrações, charges, quadrinhos e fotografias – até os aspectos econômicos do suporte da revista, tais como números de páginas, valores, circulação, público-alvo etc. Artigos e anúncios são esmiuçados numa análise que abrange as diversas falas dos/as articulistas – médicos, religiosos, educadores, políticos e feministas – junto à difusão efetuada pela publicidade da crescente indústria de cosméticos, alimentos infantis, produtos de higiene e eletrodomésticos.

Dividido em quatro capítulos, o texto inicia-se com a discussão sobre as tensões e as ambiguidades presentes no imaginário moderno sobre a função social das mulheres. Esse capítulo, denominado de "As múltiplas faces da mulher-moderna", apresenta o debate efetuado pelos/as articulistas de ambas as revistas em que a querela antigo/moderno está presente nas idealizações sobre as mulheres. Sobre o trabalho feminino, a autora enfatiza que o deslocamento ocorrido na produção de alimentos e na confecção de produtos diversos do espaço doméstico para o espaço da crescente industrialização foi um aspecto estrutural causador da paulatina desvalorização do trabalho doméstico, da restrição das tarefas produtivas femininas e da consequente exaltação dos papéis de mãe, esposa e educadora. Simultaneamente, a crescente incorporação urbana do valor burguês do trabalho e o progressivo interesse pela mão de obra feminina também contribuíram para a conotação negativa da imagem da mulher dona de casa sem trabalho assalariado como símbolo de ociosidade e parasitismo presentes na cultura colonial e, portanto, percebidos como atraso. Dessa forma, a maternidade é ambiguamente ressignificada pelos diversos/as articulistas, os/as quais expandem o maternalismo para o espaço público de uma sociedade em busca de modernidade. As mulheres foram postas como colaboradoras essenciais para o progresso e o futuro da nação, dentro e fora do lar, uma vez que como mães seriam as educadoras por excelência dos futuros homens da nação e ainda carregariam seu potencial civilizatório para além da configuração da família.

Além da apresentação e da análise dos conteúdos discursivos presentes nos textos dos/as articulistas e nos anúncios publicitários, Luna Freire confronta os principais debates historiográficos atuais sobre a ideologia maternalista de expansão do "feminino/maternal" – adotado também pelas feministas do período – e ainda a querela sobre as transformações e/ou o reforço do gênero após a I Guerra Mundial. No confronto entre as interpretações que ora analisam a utilização da ideologia do maternalismo como reforço do gênero e um obstáculo às mudanças estruturais, ora o percebem como um trampolim necessário e possível naquele contexto para a integração das mulheres à dinâmica da sociedade e a entrada no espaço público, a autora opta pelo segundo viés. Dessa

forma, encontra-se presente em todo o seu texto uma visão de complexidade do passado e do sujeito histórico que recusa seguir a lógica binária de isto ou aquilo no "fazer" ou "dever" fazer dos agentes históricos e ressalta as sobreposições de identidades e a simultaneidade na construção de imagens.

Agregando gênero à classe, ainda no primeiro capítulo, a autora percebe as diferentes significações do trabalho assalariado presentes na fala dos/as articulistas. Sobrevivência para as operárias, o trabalho remunerado é alvo dos reformadores sociais preocupados com a infância, que o condenam, desaconselham e, quando o toleram – uma vez que é uma realidade nesse período –, defendem a crescente intervenção do Estado no cuidado com as crianças, diante desse "mal necessário". Para as mulheres das classes média e alta urbanas, o trabalho no espaço público era tolerado por alguns/mas articulistas e estimulado por outros/as, sempre conciliado à família e visto ainda como extensão dela, uma vez que significava sinal de prestígio social e inserção na modernidade.

A "mulher moderna" é problematizada ante a conciliação de múltiplos interesses. Por um lado, a publicidade, o comércio de revistas e a crescente indústria; por outro, os médicos em busca de legitimidade como autoridade no campo da saúde e ainda as mulheres feministas que aderiram à ideia de maternidade como uma prática científica que as colocava como partícipes imprescindíveis na construção da nação moderna. Luna Freire aponta outros dois deslocamentos importantes nesse contexto: a laicização da filantropia – tarefa das mulheres –, que de gratificação espiritual passa a ser considerada preocupação com o bem comum, progresso moral e social, assumido pelo Estado republicano; e o deslocamento do foco patrimonial para o foco romântico nos mecanismos de escolha de parceiros matrimoniais. A conotação republicana e patriótica da filantropia a cargo das mulheres, apresentada também no contexto francês, possibilitou o acesso a conhecimentos pensados como masculinos sobre administração, finanças e medicina higiênica. Dentro e fora do "lar" a racionalização da maternidade e seu potencial civilizatório, presentes nos artigos e nos anúncios das revistas, são postos pela autora como tendo um caráter simultaneamente restritivo e emancipador.

No segundo capítulo, "Maternidade: aliança entre mulheres e médicos", Luna Freire relaciona a adesão de mulheres à puericultura higienista com o significado de modernidade inerente ao discurso médico e a identificação da ciência com a esfera pública, o domínio do masculino. Entretanto, a autora enfatiza o caráter seletivo das afinidades entre médicos e feministas. Mais do que a mera incorporação dos pressupostos médicos, o envolvimento desses segmentos é visto como uma negociação constante e ainda permeável a discursos de outros lugares, tais como da Igreja Católica e da indústria de consumo. Luna Freire nos mostra um quadro de incorporações e rejeições simultâneas aos ensinamentos da puericultura que foram adaptados aos valores considerados tradicionais nesse debate entre o antigo e o moderno. A "missão da mulher" vinculada à maternidade – fisiológica e espiritual – era posta hegemonicamente pela elite urbana da década de 1920 como função pública e política, o que implicava um aprendizado racional de técnicas específicas por parte das mulheres. O instinto natural, nas palavras da autora, não era suficiente aos reformadores sociais que politizavam a maternidade. Motivados pela transformação das sensibilidades das elites urbanas com relação à mortalidade infantil, próprias aos anseios republicanos, o binômio mãe-filho tornava-se centro dos debates. Ampliando a questão, Luna Freire discute a utilização da ideologia maternalista na França e na Inglaterra e a polarização da interpretação historiográfica que a coloca como alienante ou como fundamental na construção da identidade feminina. Atentando para a herança do pensamento francês com relação à exaltação e à expansão do maternalismo, a autora discute as especificidades da herança escravista presente nas novas relações da sociedade brasileira, em que as escravas permaneceram no interior das famílias como criadas.

O pensamento de diversas mulheres feministas – de Ana de Castro Osório a Maria Lacerda de Moura – é apresentado por Luna Freire como partícipe construtor e constituinte da ideologia maternalista. Com ênfase variada no aspecto fisiológico, intelectual e moral da maternidade, para além de restrição e reforço do gênero imposto às mulheres, a autora percebe o alento que esse discurso trazia àquelas que não tinham filhos, uma vez que a maternidade não se prendia à experiência biológica, tornando-se um trunfo político. A necessidade de aprimorar a educação das mulheres, uma das pautas principais das feministas, era também defendida por médicos e religiosos, com a ideia de que ser "mãe é uma ciência". A saúde e a educação – postas como base da estratégia para a constituição da nacionalidade – são

exemplos do otimismo pedagógico presente no pensamento higienista neolamarquistas da intelectualidade reformista brasileira, a qual acreditava na regeneração da raça e na redenção da sociedade através do aprimoramento educacional e sanitário, a despeito das características hereditárias. Luna Freire situa nesse contexto as reformas de ensino efetuadas a partir de 1880, a criação de associações de educadores, a criação de escolas domésticas, a situação dos estabelecimentos de ensino no Rio de Janeiro e ainda a ênfase da Federação Internacional Feminina na necessidade de melhorar a performance das mulheres. Nos textos dos/as articulistas, o "problema feminino" e a percepção negativa da "mulher moderna", para Luna Freire, não diziam respeito à modernidade em si, mas sim ao despreparo das mulheres para enfrentar a situação de recente liberdade, o que poderia acarretar na crise moral da família e impedir o futuro do país. Esses/as articulistas, mesmo com posicionamentos antagônicos na culpabilização da decadência dos costumes, concordavam que a reversão do quadro de crise moral seria possível através da ação cientificamente aprimorada das mulheres/mães.

No terceiro capítulo, "Higienizando corpos, mentes e lares", Luna Freire aborda as orientações dos articulistas médicos, que colocavam as mulheres como aliadas na guerra bacteriológica contra os germes e as doenças tropicais. O quarto do bebê – a *nursery* na linguagem sofisticada do período – carecia de uma organização racional voltada para a praticidade e a facilidade de limpeza. Conselhos minuciosos de tipo e distribuição do mobiliário, vento, sol e temperatura adequados, junto à publicidade que ressaltava o arsenal tecnológico disponível às mais abastadas, tornavam as responsabilidades das mulheres mais abrangentes e complexas. Além da libertação do corpo infantil, aconselhada pelos/as articulistas com relação ao vestuário e à necessidade de exercícios físicos ao ar livre, as brincadeiras infantis deixavam de ser meramente uma atividade lúdica e adquiriam um caráter pedagógico e normatizador. A operação técnica minuciosa do banho higiênico passava pelo tipo da banheira, pela temperatura da água, pelo tempo de exposição da criança, pela atenção aos cabelos, pelas unhas e pelos dentes, pela posição da mãe e da criança, contemplados com o uso pedagógico da fotografia, amplamente presente nos textos médicos.

Além da higiene física da criança, a preocupação recaía sobre a higienização dos afetos. Luna Freire aborda o debate eugênico e higiênico da formação moral das crianças, presentes também na literatura do período. Novamente discutindo o pensamento neolamarquista dos reformadores sociais brasileiros, a autora aponta a crença na transformação dos caracteres inatos e a reinterpretação otimista das condições climáticas, territoriais e raciais brasileiras, diante do momento de crise das nações europeias no pós-guerra.

No Capítulo 4, "Robustos e sadios: a alimentação dos filhos", a autora detalha as técnicas de amamentação e nutrição defendidas pelos médicos ante a temática da mortalidade infantil. Promovida a nutricionista da família, a prática da culinária a cargo das mulheres passava a ser uma atividade científica e medicamente orientada. Mesmo sendo base da cultura política do Estado republicano, Luna Freire nos lembra de que o binômio mãe-filho, pensado como patrimônio coletivo da nação, no caso brasileiro só veio a ser alvo de intervenção mais efetiva no período varguista de 1930-1945. Republicanizar o país, para a elite reformista dos anos 1920, passava necessariamente pela higienização da maternidade e da infância, uma vez que maternidade e nação se encontravam imbricadas.

Sobre a amamentação, a autora ressalta a importante associação entre a propaganda antiescravista e o discurso pró-maternalista, presente também na literatura do período. A "mãe preta" – considerada o avesso da modernidade –, tolerada com a ausência do leite materno, era acompanhada por critérios médicos que avaliavam o aspecto físico e moral dessas mulheres. O debate entre o uso do leite de vaca, o leite industrializado e a alimentação completar de mingaus e papinhas ocupava o espaço das revistas com explicações científicas ao lado de anúncios publicitários. Tal qual a progressiva popularização no uso do termômetro, o peso corporal, pensado como um indicativo seguro de saúde, motivou a incorporação da balança como novo objeto de saúde. Os concursos de robustez infantil foram o ponto alto dessa concepção de saúde racionalmente medida. A ideologia maternalista certamente encontraria solo fértil com a exacerbação das sensibilidades com relação à ideia de infância, nação e futuro.

Enfim, o texto de Luna Freire contém uma rica abordagem sobre o pensamento reformista republicano brasileiro dos anos 1920, sob o viés do gênero, em que exemplifica como a cultura política e a concepção de Estado são transpassa-

das por essa categoria. Essa forma de contemplar a história política é também enriquecida pela percepção da autora com relação às nuances, à seletividade, às sobreposições e às negociações na difusão do maternalismo adotado pelos diversos segmentos já citados. No entanto, é importante apontar a relação entre masculino-negatividade e feminino-positividade presente no texto, quando a autora denomina de "masculinos" os discursos de homens e de mulheres sobre o trabalho assalariado conciliado ao papel de esposa e mãe. Mesmo que o gênero, nessa defesa, esteja posto como desincorporado do sexo, a dualidade inferioridade-superioridade se encontra em seu avesso.

Rosemeri Moreira ■
Universidade Federal de Santa Catarina